



Ministério da Agricultura
e Ambiente



**Caderno De Encargos
Para Celebração De Contrato
“Aquisição de uma Viatura”**

Agosto 2022

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para Seguimento das Atividades no Terreno”

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional

Praia, 03 de agosto de 2022

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

ÍNDICE GERAL

DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
Cláusula 1. ^a	5
Objeto.....	5
Cláusula 2. ^a	5
Contrato.....	5
Cláusula 3. ^a	6
Prazo.....	6
CAPÍTULO II.....	6
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	6
Cláusula 4. ^a	7
Obrigações principais do Adjudicatário.....	7
Cláusula 5. ^a	8
Local de fornecimento da Viatura.....	8
Cláusula 6. ^a	9
Prazo e horário do fornecimento da Viatura.....	9
1. A Viatura deverá ser fornecido no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.....	9
Cláusula 7. ^a	9
Gestão do pessoal.....	9
Cláusula 8. ^a	9
Pessoal e Seguros.....	9
Cláusula 9. ^a	10
Regime da Aquisição.....	10
Cláusula 10. ^a	10
Dever de boa execução.....	10
Cláusula 11. ^a	11
Documentação.....	11
Cláusula 12. ^a	11
Responsabilidade.....	11
Cláusula 13. ^a	12
Inspeção da Aquisição.....	12
Cláusula 14. ^a	13
Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades.....	13
Cláusula 15. ^a	13
Aceitação da Viatura.....	13
Cláusula 16. ^a	14
Garantia.....	14
Cláusula 17. ^a	14
Preço Contratual.....	14
Cláusula 18. ^a	14
Faturação e condições de pagamento.....	14
Cláusula 19. ^a	15
Adiantamentos de preço.....	15
CAPÍTULO III.....	16
PENALIDADES E RESOLUÇÃO.....	16
Cláusula 20. ^a	16
Penalidades.....	16
Cláusula 21. ^a	17
Força Maior.....	17
Cláusula 22. ^a	18
Resolução por parte da Entidade Adjudicante.....	18

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

Cláusula 23. ^a	19
Efeitos da resolução	19
Cláusula 24. ^a	19
Resolução pelo Adjudicatário	19
Cláusula 25. ^a	21
Caução de Boa Execução do Contrato	21
Cláusula 26. ^a	21
Caução para garantia de adiantamento.....	21
Cláusula 27. ^a	22
Execução da Caução	22
Cláusula 28. ^a	22
Despesas	22
CAPÍTULO IV	23
DISPOSIÇÕES FINAIS	23
Cláusula 29. ^a	23
Cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante	23
Cláusula 30. ^a	23
Dever de Informação	23
Cláusula 31. ^a	24
Comunicações.....	24
Cláusula 32. ^a	25
Resolução de litígios	25
Cláusula 33. ^a	25
Contagem dos prazos	25
Cláusula 34. ^a	25
Lei aplicável.....	25
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	26

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato subjacente ao presente Procedimento, que tem por tem por objeto a seleção de uma entidade para o fornecer uma viatura Pick-up cabine dupla.
2. A assinatura do contrato não conferirá ao Adjudicatário qualquer direito de exclusividade na aquisição da viatura objeto do mesmo.
3. A aquisição da Viatura objeto do presente procedimento deverá observar o disposto nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato subjacente ao presente Procedimento é celebrado por escrito.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - (a) Os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - (b) O Caderno de Encargos;
 - (c) A proposta adjudicada, e
 - (d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato a celebrar, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo prazo de 3 (três) meses, a contar da data da assinatura.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes, por períodos de 15 (quinze) dias, até ao limite de 30 (trinta) dias, a contar do período de vigência inicial.
3. A denúncia do contrato por qualquer das partes deverá ser transmitida por carta registada com aviso de receção à outra com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias relativamente à data do termo inicial do contrato ou de qualquer uma das suas renovações.
4. O prazo previsto na presente cláusula não é aplicável às obrigações acessórias previstas no Caderno de Encargos a favor da Entidade Adjudicante, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:
 - (a) Fornecer a viatura compreendida no presente procedimento, conforme as condições de fornecimento definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - (b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a aquisição ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - (c) Não alterar as condições da aquisição da viatura fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
 - (d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é fornecido a viatura, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - (e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - (f) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

- (g) Comunicar de imediato à Entidade Adjudicante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
- (h) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Entidade Adjudicante, relativamente ao fornecimento dos bens no prazo de 24 horas;
- (i) Proceder ao pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes relativos à execução do contrato;
- (j) Realizar todas as diligências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e de importação exigidas pelos países em causa;
- (k) Assegurar a continuidade do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem os bens a fornecer pelo prazo estimado de vida útil destes, sem prejuízo da impossibilidade temporária ou definitiva da execução por motivos que não lhes sejam imputáveis.

Cláusula 5.^a

Local de fornecimento da Viatura

1. A Viatura objeto do presente procedimento será fornecida na sede do SNSAN cito em Achada São Filipe na Cidade da Praia.
2. A Entidade Adjudicante poderá, na vigência do contrato, solicitar o fornecimento dos bens noutras instalações a indicar, com carácter temporário ou permanente, sem que haja alterações no preço devido.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

Cláusula 6.^a

Prazo e horário do fornecimento da Viatura

1. A Viatura deverá ser fornecido no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
2. A Viatura deverá ter lugar entre as 8 horas e as 16 horas e apenas em dias úteis.

Cláusula 7.^a

Gestão do pessoal

1. Durante todo o período de vigência do contrato, o Adjudicatário será responsável pelo pessoal afeto aquisição de Viatura.
2. Durante todo o período de vigência do contrato, o Adjudicatário será responsável perante a Entidade Adjudicante e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal que utilizar na aquisição da viatura e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento dessa aquisição.
3. A responsabilidade pela conformidade da aquisição será exclusivamente do Adjudicatário, ainda que este recorra a terceiros para a execução do Contrato.

Cláusula 8.^a

Pessoal e Seguros

1. O Adjudicatário ficará sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina do trabalho, relativamente a todo o pessoal afeto a aquisição, sendo da sua conta todos os encargos daí resultantes.
2. A Entidade Adjudicante não se responsabilizará por quaisquer danos sofridos pelo pessoal ao serviço do Adjudicatário, resultantes de doenças profissionais, acidentes de trabalho ou outros motivos.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

Cláusula 9.^a

Regime da Aquisição

1. A aquisição da Viatura objeto do presente Procedimento será feito com autonomia e sem qualquer espécie de subordinação jurídica entre o Adjudicatário ou os seus funcionários e a Entidade Adjudicante e os seus funcionários, pelo que, de modo algum, fica subentendida a existência de contrato de trabalho entre esta e aqueles.
2. Fica igualmente estabelecido que o poder direcional e disciplinar sobre os seus funcionários apenas poderá ser exercido pelo Adjudicatário, pelo que quaisquer ordens ou instruções apenas poderão ser emitidas por este último.

Cláusula 10.^a

Dever de boa execução

1. O Adjudicatário fica sujeito, no que respeito à execução do contrato a celebrar, às exigências legais e normativos do sector aplicáveis às matérias objeto do contrato subjacente ao presente procedimento.
2. O Adjudicatário desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
3. O Adjudicatário garante que a viatura cumpre os requisitos exigidos e são adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Entidade Adjudicante.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

Cláusula 11.^a

Documentação

1. Com o fornecimento dos bens compreendidos no presente procedimento, o Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante a seguinte documentação:
 - a. Manual técnico da viatura;
 - b. Livrete provisório.
2. A Entidade Adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

Cláusula 12.^a

Responsabilidade

1. O Adjudicatário garante que a viatura compreendida no presente procedimento será fornecida nos termos da Proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, de modo adequado à realidade e particularidade do fim a que se destina.
2. Em caso de incumprimento da aquisição objeto do presente procedimento o Adjudicatário, sem prejuízo do disposto na cláusula 22.^a do Caderno de Encargos, responderá perante a Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.
3. O Adjudicatário responderá pelos atos do seu pessoal, ou de pessoal subcontratado, nomeadamente em questões de disciplina, furto ou qualquer ação que ponha em risco os interesses da Entidade Adjudicante, nomeadamente danos causados nas instalações, equipamento e material utilizado que seja propriedade desta.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

4. Sempre que surjam situações do tipo previsto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a reparar os danos por sua conta ou indemnizar a Entidade Adjudicante, pelos prejuízos causados.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a Entidade Adjudicante incorra na medida em que resultem de factos imputáveis ao Adjudicatário ou a entidade por si subcontratada.
6. O não cumprimento do disposto no ponto anterior, reserva à Entidade Adjudicante o direito de mandar reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo para o efeito, efetuar a dedução na caução ou nos pagamentos ao Adjudicatário.

Cláusula 13.^a

Inspeção da Aquisição

1. Realizada a entrega e a instalação da Viatura compreendida no presente procedimento, a Entidade Adjudicante procederá, no prazo de 5 (cinco) dias a uma inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos constantes das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis.
2. Durante a fase de inspeção o Adjudicatário obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos mesmos através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para o Adjudicatário, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão de-obra especializada, serão por este exclusivamente suportados.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

Cláusula 14.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá informar, por escrito, o Adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição da Viatura, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando exclusivamente a cargo do Adjudicatário quaisquer custos que advenham possam advir da referida reparação e/ou substituição.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 15.^a

Aceitação da Viatura

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade da viatura, no decurso da inspeção referidas nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, deve ser emitido um auto de receção da viatura, no prazo 48 (quarenta e oito) horas a contar do final da inspeção, assinado pela Entidade Adjudicante.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade da viatura para a Entidade Adjudicante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Adjudicatário.

Cláusula 16.^a

Garantia

1. O Adjudicatário garante os bens objeto do presente procedimento pelo prazo de **2 (dois)** anos, a contar da entrega dos mesmos, contra quaisquer defeitos, desconformidades, anomalias ou discrepâncias com as características constantes do Anexo I do Caderno de Encargos.

Cláusula 17.^a

Preço Contratual

Pela aquisição da viatura objeto do presente procedimento, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Adjudicatário o montante que resultar da proposta adjudicada, acrescido de imposto devido.

Cláusula 18.^a

Faturação e condições de pagamento

1. A faturação da aquisição será efetuada até ao dia 30 do mês subsequente à data da aquisição.
2. O Adjudicatário emitirá a fatura em nome da Entidade Adjudicante, sendo esta enviada para Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional do ministério da Agricultura e Ambiente.
3. O pagamento da aquisição será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para conta a indicar pelo Adjudicatário.
5. Em caso de discordância quando o valor indicado na fatura, a Entidade Adjudicante deverá comunicar este facto ao Adjudicatário por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a receção da respetiva fatura, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O não pagamento do valor contestado não vence juros de mora nem justifica a suspensão da aquisição por parte do Adjudicatário, devendo, no entanto, a Entidade Adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender qualquer dos pagamentos acima referidos, sempre que o Adjudicatário não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.

Cláusula 19.^a

Adiantamentos de preço

1. A pedido do Adjudicatário e caso assim o decida, a Entidade Adjudicante poderá efetuar adiantamentos de preço por conta da aquisição a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios dessa aquisição, desde que:
 - (a) O valor do adiantamento não seja superior a 30% do preço contratual,
e
 - (b) O Adjudicatário tenha previamente comprovado à Entidade Adjudicante a prestação de uma caução para adiantamento de preço, nos termos constantes na cláusula 26.^a do Caderno de Encargos.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

CAPÍTULO III

PENALIDADES E RESOLUÇÃO

Cláusula 20.^a

Penalidades

1. Em caso de incumprimento imputável ao Adjudicatário, ou a terceiros por si contratados para a aquisição da viatura objeto do presente Procedimento, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:

(a) Atraso superior a seguinte formula para determinar o valor da penalidade:

$P = V * DA / 30$ Em que:

P = corresponde ao valor da penalidade

V = valor dos bens em atraso

DA = número de dias em atraso

2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado mensalmente.
3. O prazo para pagamento pelo Adjudicatário das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data de receção das respetivas faturas, emitidas pela Entidade Adjudicante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Entidade Adjudicante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar ao Adjudicatário, ao abrigo do contrato a celebrar.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% do preço contratual.
6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30%.

Cláusula 21.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”
mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de 5 dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

Cláusula 22.^a

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais do Adjudicatário e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
 - (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
 - (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Adjudicatário;
 - (d) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - (e) Oposição reiterada do Adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da Entidade Adjudicante;
 - (f) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo Adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pela Entidade Adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;
 - (g) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

- (h) Incumprimento pelo Adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- (i) O Adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- (j) Se a entrega da viatura compreendidos no presente procedimento se atrasar por um período superior a 45 (quarenta e cinco) dias.

Cláusula 23.^a

Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato subjacente ao presente procedimento pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pelo Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 24.^a

Resolução pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pelo contraente público e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

- (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Entidade Adjudicante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Entidade Adjudicante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
- (a) A resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou,
 - (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução previsto no presente artigo é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

4. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Entidade Adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a Entidade Adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 25.^a

Caução de Boa Execução do Contrato

1. A Entidade Adjudicante promoverá a liberação da caução de boa execução do contrato:
 - (a) Após o cumprimento pelo Adjudicatário de todas as obrigações contratuais que sobre si impendam; ou
 - (b) Se o contrato não for celebrado no prazo fixado, por facto imputável à Entidade Adjudicante.
2. A liberação da caução depende da inexistência de defeitos da viatura fornecido pelo Adjudicatário ou da correção daqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, salvo se a Entidade Adjudicante entender que os defeitos identificados e não corrigidos são de pequena importância e não justificam a não liberação.

Cláusula 26.^a

Caução para garantia de adiantamento

1. Para garantir o pagamento de adiantamentos, o Adjudicatário deverá prestar uma caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados pela Entidade Adjudicante.
2. A caução referida no número anterior deverá ser prestada por um dos meios previstos no artigo 107.º do Código da Contratação Pública.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

3. O Adjudicatário deverá comprovar à Entidade Adjudicante a prestação da caução à Entidade Adjudicante previamente à prestação dos adiantamentos.
4. A caução será progressivamente liberada com a realização das prestações contratuais correspondentes ao pagamento adiantado efetuado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 27.^a

Execução da Caução

1. A Entidade Adjudicante pode executar as cauções prestadas pelo Adjudicatário, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais pelo Adjudicatário, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. O Adjudicatário está obrigado a renovar o valor decorrente da execução parcial ou total da caução prestada, no prazo de 15 dias após a notificação da Entidade Adjudicante para o efeito, sob pena de incumprimento contratual, podendo a Entidade Adjudicante invocar a exceção de não cumprimento quanto ao pagamento de faturas ou proceder à retenção do valor em falta para a reposição do valor inicial da caução, nos pagamentos a efetuar ao Adjudicatário.

Cláusula 28.^a

Despesas

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 29.^a

Cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante poderá ceder a sua posição contratual a qualquer momento, sem necessidade de acordo do Adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário poderá opor-se à cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante apenas em caso de fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias do Adjudicatário.

Cláusula 30.^a

Dever de Informação

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Entidade Adjudicante, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente, quanto a aquisição da viatura e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 5 (cinco) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
3. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”
quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 31.^a

Comunicações

1. Salvo quando forma especial for exigida no Caderno de Encargos, todas as comunicações entre as Partes relativamente a este Contrato devem ser efetuadas por escrito, mediante carta ou telefax, e dirigidas para os seguintes endereços e postos de receção das Partes.
2. As comunicações efetuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas normais de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações protocoladas ou mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo protocolo ou aviso.
4. Não se consideram realizadas as comunicações efetuadas por telefax, cujo conteúdo não seja perfeitamente legível pelo respetivo destinatário, desde que este comunique esse facto à Parte que tenha emitido a referida comunicação no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da respetiva receção.
5. Qualquer alteração das informações de contacto de cada Parte, incluído a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

Cláusula 32.^a

Resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente os relativos à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o tribunal da Comarca da Praia, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. As partes no contrato podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 33.^a

Contagem dos prazos

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados

Cláusula 34.^a

Lei aplicável

O contrato subjacente ao presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Viatura Pick-up com tração 4X4 e cabine dupla com 04 (quatro) portas, 05 (cinco) lugares			
Tipo de Viatura	Especificações não Sujeitos à concorrência		Especificações da Proposta
Pick-up com tração 4 x4	Motor	Referencias	
	Potencia não superior a	100 a 180 CV (HP)	
	Cilindrada	>=1.500 e <=3.500	
	Cilindros	4 a 6	
	Combustível	Diesel (mínimo EURO 4)	
	consumo combinados máximo	11 lts/100 km	
	consumo urbano máximo	10 lts/100 KM	
	Aspiração	Turbo Compressor	
	Alimentação	Injeção direta	
	Acabamento		
	cor exterior	solida /branca/cinza	
	estofo	Vinil/tecido	
Lotação: 5 (cinco) lugares	painel	plástico reforçado	
	Elementos de segurança		
	cinto de segurança	todos os ocupantes	
	Direção Assistida	exigido	
	Airbag (condutor e passageiro)	exigido	
	sistema de travagem (ABS + EP)	exigido	
	Controle estabilidade	exigido	
	Elementos elétricos		
	Ar condicionado manual	exigido	
	Radio CD+USB	exigido	

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição Bens

Concurso Público Nº 05_UGA-MAA/2022

“Aquisição de uma Viatura para seguimento das atividades no terreno”

	Fecho centralizado	exigido	
	vidro elétrico dianteiros	exigido	
Portas : 4 (quatro)	Transmissão		
	Tração	Integral (4X4)	
	Caixa de velocidades	manual, 5 velocidades	
	Suspensão Traseiro	eixo rígido	
	Extras (sujeitas a avaliação)		
	para-choque traseiro		
	estribo		
	Bluetooth		
	mp3		
	Câmara traseira		
	Sensor de estacionamento		
	Volante multifunções		